
A implantação do curso normal e a formação de professores primários no município de Casa Nova – Bahia (1961-1977)

The implementation of the normal course and the training of primary school teachers in the municipality of Casa Nova – Bahia (1961-1977)

Eliana Oliveira Nunes de Azevedo
Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Universidade de Pernambuco (UPE)
Petrolina-Brasil

Resumo

O artigo analisa a gênese do Curso Normal e o papel por ele desempenhado na formação de professores primários, no município de Casa Nova-BA, no período de 1960 a 1977. A pesquisa, de caráter histórico e documental, reúne um conjunto de fontes constituído por textos legislativos, documentos escolares e fotografias, entre outros. O referencial teórico dialoga com os estudos sobre a educação baiana, entre os quais, Boaventura (1977) e Assis (2000, 2005) e Ensino Secundário, a partir de Nunes (2000) e Souza (2008). O estudo evidenciou que a implantação do Curso Normal fez parte de uma política pública advinda da demanda social em todo o país.

Palavras-chave: Formação de professores; história da educação; Bahia.

Abstract

This article analyzes the origin of the Normal Course and the role it played in the training of primary school teachers in the city of Casa Nova – Bahia from 1960 to 1977. This research has a historical and documental character, and it gathers a set of sources composed of legal texts, school documents and photos, among others. The theoretical references dialogue with studies on Bahia state's education, among which, Boaventura (1977) and Assis (2000, 2005), and with the topic of Secondary Education as discussed by Nunes (2000) and Souza (2008). The study showed that the implementation of the Normal Course was part of a public policy arising from social demand throughout the country.

Keywords: Teacher Training; History of Education; Bahia State.

1. Introdução

A publicação da Lei n.º 4.024, em 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada pelo presidente João Goulart, torna-se a lei da Educação, organizada em 120 artigos, resultante de 13 anos de debate. Essa lei veio para regularizar o sistema de ensino do país. “O novo ensino secundário propôs a separação em dois ciclos, a divisão entre o ginásial e o colegial, abrangendo os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário” (SOUZA, 2008, p. 22).

Na compreensão de Assis (2000), esse também foi o período que correspondeu à fase em que houve, no estado da Bahia, aumento significativo no número de professores primários e a criação de unidades escolares, bem como na descentralização do sistema de Ginásios e Escolas Normais, da Capital baiana para o interior.

Outra questão a ser assinalada com relação à expansão do Ensino Secundário na Bahia é que esta ocorreu a partir da criação de ginásios, nas localidades em que o Ensino Secundário era inexistente, como demonstra Boaventura (1977), ao discutir a problemática educacional baiana na década de 1950. O autor destaca a pressão da população para a transformação de escolas primárias recém-concluídas em Ginásios. Esse fato pode estar relacionado ao Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946, no qual as finalidades do Ensino Normal em todo o território nacional passaram a ser as seguintes: “Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias, habilitar administradores escolares às mesmas escolas e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância” (BRASIL, 1946).

2. A realidade educacional do sertão baiano

De acordo com Nunes (2000, p. 46), no intervalo entre:

[...] o Estado Novo (1937) e o início do regime militar de 1964, as populações urbanas, sobretudo das classes médias e operárias, pressionavam os líderes políticos populistas em torno da institucionalização dos movimentos reivindicatórios de educação escolarizada.

A expansão do Ensino Secundário, nesse momento, era apresentada como forma de democratização das oportunidades educacionais e como possibilidade de atendimento às populações que não tinham condições de acesso a essa modalidade educativa (ASSIS, 2005). Esse período compreendeu a vigência das Leis Orgânicas do Ensino Secundário, do Ensino Industrial, do Ensino Agrícola, do Ensino Comercial, do

Ensino Normal e do Ensino Primário, entre 1942 e 1946, período que precede a LDB, Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (HOLANDA, 1981).

É nesse momento que ocorre, na Bahia, a ampliação do número de professores e ainda um deslocamento do sistema de Ginásios e Escolas Normais da Capital para o interior, com a ampliação das unidades escolares. Até 1947, a Bahia contava com um colégio secundário oficial, o Centenário Colégio Estadual da Bahia, atual Instituto Central de Educação Isaías Alves, e duas Escolas Normais Rurais, uma em Caetité, zona da Serra Geral; e outra, em Feira de Santana. “Tudo isso não somava 2.000 matrículas, oferecidas pelo poder público estadual” (BOAVENTURA, 1977, p. 49). Assim, para compreender uma realidade, há que se pensar nas esferas social, política e econômica do período histórico que se pretende estudar.

A realidade do sertão baiano, na década de 1960, vai ser apresentada a partir de políticas governamentais, que tinham por objetivo o desenvolvimento econômico, mas que tiveram como efeito colateral o crescimento populacional que necessitava de instrução. A esse respeito, Nunes (2008, p. 211) pondera “Trata-se então de analisar, em um determinado território, qual o seu sistema organizado de ensino e como este se veio formando ao longo do tempo”. A autora convida a analisar o contexto em que o sistema de ensino foi se organizando, pelas leis e pelos estabelecimentos de ensino atrelados a todos os atores desse cenário.

A Bahia, governada por Otávio Mangabeira, que permaneceu no cargo de 1947 a 1951, teve como Secretário de Educação e Saúde Anísio Spínola Teixeira, que implementou muitas mudanças na educação baiana, tanto no Ensino Primário e Secundário, quanto no Ensino Superior:

[...] construiu 258 novos prédios escolares; multiplicou o Ginásio da Bahia em seções nos bairros da Liberdade, Itapagipe, Nazaré e Brotas; criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro com duas Escolas-Classe e a Escola-Parque no bairro do Pau Miúdo (BOAVENTURA, 1977, p. 220).

No entanto, foi com a Lei n.º 1.962, de 20 de setembro de 1963, considerada, na época, a Lei Orgânica do Ensino (TAVARES, ANDRADE, TEIXEIRA, 1985), que o Estado da Bahia elaborou o Plano Integral de Educação e o Plano de Emergência. Esses planos visavam à ampliação da oferta de vagas no Ensino Primário e no Secundário e melhorar a qualidade do ensino, por meio de seleção e de formação dos professores. Boaventura

(2009) coloca o retorno do concurso público como parte importante para provimento dos cargos do magistério primário e secundário; formação de 8.894 professores leigos; criação dos Ginásios, por meio de programas de rádio; e ainda para a criação de quatro Faculdades de Educação.

É importante destacar que, na primeira metade dos anos de 1950, surgiu o primeiro núcleo de ginásios da Bahia (ASSIS, 2000). O autor enfatiza que este é considerado um dos principais fatores que contribuíram para a expansão do Ensino Secundário no Estado. No final dos anos de 1950, as matrículas no estado atingiram número relevante, com predominância do ensino privado. Levando-se em consideração as matrículas realizadas e o número de unidades escolares existentes, a Bahia possuía uma média de 261,9 alunos por escola (ASSIS, 2000), o que representa um número considerável para o período. Segundo o autor, com relação aos números em âmbito nacional, ocorreu crescimento das matrículas. Iniciava-se nas capitais e, depois, estendia-se para o interior dos estados.

Nesse contexto de crescimento de unidades escolares e de matrículas, a formação de professores estava atrelada à demanda do Ensino Primário, que apresentava um contingente de 8.894 professores leigos com pouca oportunidade de formação, em virtude das poucas escolas e Cursos Normais no estado. Segundo Assis (2005, p. 2), até o ano de 1947:

[...] a Bahia só podia contar com um colégio secundário oficial, o Centenário Colégio Estadual da Bahia, o atual 'Instituto Central de Educação Isaías Alves', e duas escolas normais rurais, uma em Caetitê, zona da Serra Geral, e outra em Feira de Santana.

Aqui, vale um pequeno adendo sobre a localidade Caetitê, terra natal de Anísio Teixeira, que ficava a 849 km de Salvador. Foi a cidade que recebeu “[...] a primeira escola normal oficial do interior da Bahia, com esperança de que dela saíssem mestres “com nova mentalidade pedagógica” (AGUIAR, 2000, p. 11).

3. Da energia a motor à criação do curso normal e ginasial

Como afirmado anteriormente, a partir de 1964, o Brasil passa a viver um contexto de Ditadura Militar, iniciado com o governo militar do presidente Castelo Branco (1964–1967), sendo sucedido por Artur da Costa e Silva (1967–1969). O novo presidente anunciou uma reforma administrativa no Ministério da Educação e continuou as políticas de treinamento de professores e administradores educacionais. Em 1969, assumiu o poder o

então General Garrastazu Médici, permanecendo no governo até 1974. Médici apoiava-se em um governo de desenvolvimento econômico, colocando a Educação a serviço dos ideais desse desenvolvimento. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por muitas mudanças no projeto de Educação Nacional, mas, de acordo com Cunha (2007), foi no plano municipal que, primeiramente, foram elaboradas e implementadas políticas que tinham demandas populares como referência imediata.

Na década de 1960, a cidade de Casa Nova era um município que, mesmo com o *status* de cidade, possuía aspectos rurais. Para Raimundo Estrela (1998), médico e historiador casanovense, em seu livro *O pau de Colher*, a energia era a motor e com horário determinado para ser desligado. A economia era baseada na agricultura e na criação de caprinos, levando a população a recorrer às cidades vizinhas de maior porte, como Juazeiro e Petrolina, para ter acesso, entre outros bens, à educação.

Em 1969, o município de Casa Nova ocupava a nona posição entre os 417 municípios do Estado. Com relação à sua localização geográfica, limita-se com os estados de Pernambuco e Piauí. De acordo com registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a extensão territorial do município é de 9.268 km², e possuía uma população de 31.573 habitantes, no ano de 1969.

O município era composto de sede, quatro distritos e, aproximadamente, 100 povoados. A sede era dividida em três bairros: Morro, Tabuleiro e Riacho, sendo o primeiro o centro da cidade, onde eram abrigados os prédios públicos, como Prefeitura, Fórum, Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DERBA), hospital, a primeira escola (o Grupo Escolar Conselheiro Luiz Viana, criado em 1940) e a igreja. Nesse bairro, residiam as famílias mais abastadas. O centro da cidade possuía ruas largas, calçadas e iluminação pública. De acordo com o trabalho de pesquisa elaborado por uma equipe de alunas do Curso Normal, em 1969, a energia “[...] era fornecida pela prefeitura municipal, que gastava mensalmente 72 botijões de gás, 2.105 cargas de lenha e 18 sacos de carvão e com hora para ser desligada” (RELATÓRIO..., 1969, p. 5).

Com relação à realidade escolar, as alunas identificaram que o Município contava com 96 escolas primárias destinadas às crianças em idade escolar e localizadas em diferentes pontos. Dessas, 14 eram estaduais e 82, municipais. Além dessas escolas, havia um estabelecimento secundário e normal e um curso de alfabetização de adultos com 74 alunos matriculados na sede. O município contava com 103 professores, sendo 28

diplomados na sede e os demais, leigos. Ainda segundo o Relatório... (1969), havia várias bibliotecas na cidade, como a Biblioteca Municipal e as bibliotecas da Associação Cultural de Casa Nova, do IBGE e do Centro Educacional Antônio Honorato. Outro aspecto destacado pelas normalistas refere-se ao movimento estudantil, com a criação do Grêmio Estudantil Genilda Viana de Castro Dantas Campos e do Clube Duas Américas, composto de estudantes desprovidos de condições financeiras, cujo objetivo principal era a compra de material escolar (RELATÓRIO..., 1969).

A maioria das escolas primárias estava localizada na zona rural, com apenas dois grupos escolares na sede, e eram criadas a partir de iniciativas da população, em casas particulares, com professoras leigas sem remuneração.

As pesquisas apontam que os grupos escolares serviram para abrigar também o Ensino Secundário e, na sua grande maioria, nasciam sem qualquer amparo, nem mesmo um prédio próprio. Boaventura (1977), ao se referir a essa modalidade de ensino, ressalta que seus primeiros prédios eram escolas primárias ou casas adaptadas para essa finalidade. Para Assis (2000, p. 4), muitos “ginásios de bairros foram surgindo, a partir de então, com a mesma metodologia de utilização de escolas primárias, generalizando-se pelo interior, que, desde então, começou a sentir a pressão dos Ginásios.”

Assim, com as diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica de Educação do Ensino Primário e Normal (BRASIL, 1946), sistematizaram-se o Ensino Primário e o Ensino Normal no país. A instalação dos ginásios na Bahia trouxe junto, na sua grande maioria, o Curso Normal, com o objetivo de qualificar os professores no próprio município, demanda que surgia em razão do número de professores leigos.

Nesse contexto da expansão do Ensino Secundário, o Ginásio de Casa Nova e o Curso Normal passam do prédio do Grupo Escolar Conselheiro Luiz Viana para um prédio próprio, que havia sido construído para ser um asilo. O Ginásio ofertava os cursos de Primeiro Ciclo, com duração de quatro anos, e de Segundo Ciclo, com o Curso Normal em três anos, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno. O Curso Normal era ofertado para ambos os sexos e somente na sede.

O primeiro Exame Admissional foi realizado no ano de 1960, para ingresso nos Cursos Normal e Ginásial. Nesse momento, era necessário, além de prestar Exames Admissionais, também atender aos critérios estabelecidos para a inscrição no curso: certidão de nascimento; atestado médico, certificando de boas condições de saúde,

inclusive com as vacinas em dias; diploma de conclusão do Curso Primário; e três fotos 3x4. Os alunos realizavam provas de Português, Matemática, Geografia, Aritmética e História, devendo alcançar média 5,0, para obter aprovação.

O quadro de professores do Curso Normal era composto, na sua maioria, por professores sem formação específica para o magistério, pois não havia, até então, escola de formação de professores no município. A instituição mais próxima, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de caráter particular, ficava em Petrolina, no sertão pernambucano, o que dificultava o acesso da grande maioria dos munícipes interessados em continuar os estudos e seguir a carreira docente, já que a grande maioria das famílias não dispunha de condições financeiras para manter seus filhos em instituições privadas. Com a estadualização, em 1965, o Centro Educacional Antônio Honorato passa a funcionar em prédio próprio, que teria sido construído para abrigar um asilo, mas não chegou a funcionar. A equipe gestora permaneceu a mesma, funcionando nessa instalação até o ano de 1977.

O ano de 1977 foi o da mudança do local da cidade em razão da sua submersão pelas águas da barragem da hidrelétrica de Sobradinho, o que levou à construção, por parte da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), de um novo prédio, na nova cidade, para abrigar o Centro Educacional Antônio Honorato. O corpo docente que compunha o Curso Normal foi renovado a partir da mudança da instituição, com a contratação de novas professoras normalistas, recém-formadas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, e alunas egressas do Curso Normal da própria instituição de ensino.

A década de 1970 também foi marcada pelo Regime Militar, sendo esse o contexto de formulação e de aprovação da Lei 5.692/1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969–1974). Essa lei modificou a estrutura do Curso Normal, que passou a se chamar Habilitação para o Magistério de 1ª a 4ª série do Ensino de 1º Grau. Com relação às mudanças ocorridas na cultura escolar, o governo tentava alinhar os projetos educacionais aos projetos políticos, de caráter econômico.

Na nova cidade, o Ginásio de Casa Nova, já denominado Centro Educacional Antônio Honorato, iniciou suas atividades em 1977. As medidas tomadas na área da Educação, no período em questão, chegaram ao Centro Educacional Antônio Honorato por meio da publicação no Diário Oficial, em 15 de março de 1978, da seguinte Resolução:

“Prorroga no Centro Educacional Antônio Honorato - Casa Nova, autorização do curso de 2º grau com habilitação Magistério de 1º grau de 1ª a 4ª série e curso de 1º grau da 5ª a 8ª série” (BAHIA, 1978). O Curso Normal permaneceu funcionando por mais de trinta anos, até a década de 1990.

4. Funcionamento do curso normal

Em 1960, quando da sua criação, o Curso Normal de Casa Nova não possuía prédio próprio, funcionando nas instalações do Ginásio. Era um curso de 2º ciclo, de formação de professores para o Ensino Primário, com duração de 3 anos.

O Curso Normal não possuía escola anexa, a prática pedagógica acontecia nos estabelecimentos dos grupos escolares. De acordo com a documentação levantada, ocorria um movimento interessante, isto é, as alunas do Curso Normal, ao concluírem, na sua grande maioria, iam exercer a docência na própria escola, tanto no Curso Normal como no Curso Ginásial.

O acesso ao Curso Normal ocorria por meio do Exame de Admissão. De acordo com os estudos, esse Exame era muito rígido e delimitava o perfil dos alunos que ingressavam no Curso. O referido exame foi criado no Brasil com a Reforma Francisco Campos, passando por muitas alterações por meio de decretos e portarias, até o encerramento, em 1971.

Barros (1975, p. 15) esclarece que, no contexto do Exame, existia o Curso de Admissão: “era rápido, e feito de preferência no período de férias. Em 1959, as férias começavam em 1º de dezembro e as aulas iniciavam no dia 1º de março. Os alunos eram avaliados nas disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia e Aritmética”. Vale ressaltar que o “ensino no curso de admissão era voltado para a prática do Português, e na Matemática utilizavam-se pedras, feijão” (SANTOS, 2010, p. 42). O programa de ensino era baseado nos conhecimentos das quatro primeiras séries, de acordo com Ladeira (2010).

O estado da Bahia, de modo geral, seguiu a legislação, no que se refere à configuração de efetivação do Exame, sob as orientações do Departamento Nacional de Educação. Assim, a condução do Exame de Admissão era guiada pelo rigor previsto em lei, tornando públicas as exigências, como os documentos exigidos para a inscrição, os conteúdos das provas e a sua correção. Nos documentos da Escola Normal, foram localizadas as atas do Exame de Admissão, nas quais constam uma comissão formada por

professores da própria escola e as relações de aprovados e reprovados, com suas respectivas notas. Ao término do processo, os alunos recebiam uma certificação.

Quanto às avaliações, eram compostas de provas orais e escritas, as notas finais correspondendo à média aritmética das notas dessas provas. Seguiam os parâmetros estabelecidos pela escola e pela Secretaria de Educação. A nota da prova oral não era registrada no certificado, sendo localizada nas atas do Exame. As disciplinas eram baseadas no programa do Ensino Primário, fornecido pela Secretaria de Educação e Saúde, e guiadas pelo livro de admissão, que vinha com o manual próprio para o Curso Preparatório.

Os Exames de Admissão ao Curso Normal de Casa Nova seguiam as regras oficiais vigentes no país. Nos documentos analisados, encontram-se as atas dos Exames, do período de 1960 a 1970, históricos escolares e fichas de transferências. Nas atas, encontram-se as notas e as disciplinas, por ano.

O primeiro Exame do Curso Normal de Casa Nova foi realizado em 5 de dezembro de 1960, de acordo com as fichas de matrícula localizadas no arquivo da escola, com 30 alunos aprovados para o Curso Normal, sendo 21 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. Consta que os candidatos do sexo masculino aprovados no Curso Normal desistiram desse curso, permanecendo somente as candidatas. Esse fato reforça os estudos que apontam o magistério como um curso de predominância feminina.

A Imagem 1 retrata as futuras normalistas. Mostra três homens, professores que as conduziam em uma aula de campo em outro município, sendo talvez essa a razão para estarem sem uniforme.

Imagem 1 – Primeira turma do Curso Normal (1961)



Fonte: Acervo pessoal Nelma Azevedo (2019).

Após a conclusão do curso, a instituição seguia os ritos próprios, como a aula da saudade; a cerimônia de colação de grau, com paraninfo e padrinho de turma; e ainda o

A implantação do curso normal e a formação de professores primários no município de Casa Nova – Bahia (1961-1977)

fantástico baile de formatura. Também uma excursão como finalização do curso era realizada. Na Imagem 2, o grupo está sob a liderança do Professor Weliton, em uma viagem a São Paulo, custeada por meio de arrecadações na sociedade Casanovense, com o Livro de Ouro, no qual as pessoas assinavam e contribuíam com alguma quantia. Além disso, o grupo realizou movimentos festivos para esse fim, durante todo o ano, de acordo com informações do Dossiê Histórico (DOSSIÊ..., 2011).

Imagem 2 – Excursão para São Paulo (1961)



Fonte: Acervo pessoal Nelma Azevedo (2019).

A manutenção do Curso Normal era feita com os recursos financeiros da Associação Cultural de Casa Nova e de taxas anuais cobradas dos alunos. Foram localizados, na documentação pesquisada, recibos de pagamento emitidos nas décadas de 1960 e 1970. A Associação Cultural também auxiliava com um modesto acervo de livros para estudos e pesquisas por parte dos alunos.

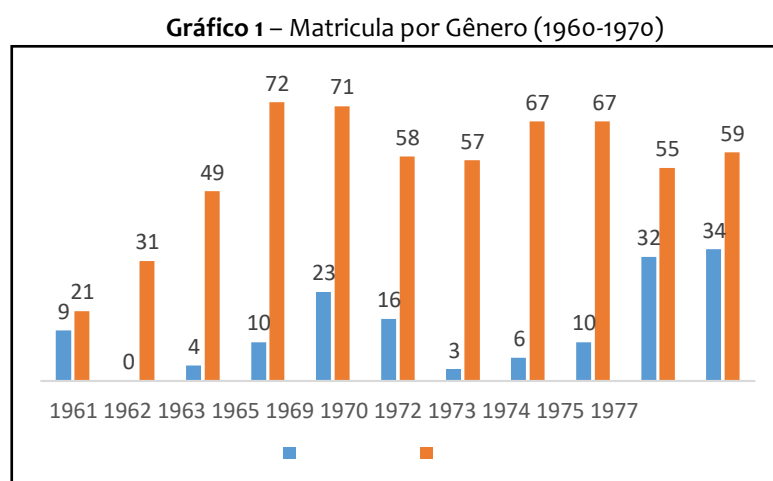
Tomando como referência a anuidade paga pelos alunos do 2º Grau, em 1976, que era de 60 cruzeiros, era necessário o pagamento de 13 alunos para pagar um mês de salário de apenas uma professora. Nesse contexto, a escola já era de responsabilidade do Estado como mantenedor, o que não eximia os alunos de pagarem a anuidade.

5. O curso normal: sua identidade e seus números

Na busca de um perfil dos alunos da escola em estudo, faz-se necessário atentar para as particularidades que os constituem, utilizando-se os quadros gerais do movimento de matrículas, de atas e de anotações feitas pela secretaria da escola. Esses documentos

revelam aspectos de gênero, quantidade de matrículas, números de aprovados, reprovados e desistentes, entre outros.

Os Gráficos 1 e 2 apresentam o quantitativo de alunos, demonstrando, assim, o número de matriculados entre os anos de 1960 e 1970. É pertinente mencionar que não foram localizadas as fichas de matrícula dos anos de 1964, 1966, 1967 e 1968, no acervo da escola. Os números expostos nos Gráficos 1 e 2 apontam para dois aspectos: a presença feminina ser sempre superior à masculina e o quantitativo de alunos matriculados anualmente.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

A primeira turma recebeu um total de 30 alunos matriculados, conforme o Gráfico 1, dos quais 21 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. Desse universo, houve a desistência de todos os alunos do sexo masculino, chegando a turma, ao final do ano letivo, somente com mulheres. A análise documental permitiu identificar que todos os desistentes do Curso Normal do ano de 1961 reaparecem matriculados no Curso Colegial Científico, no ano de 1962, fenômeno que volta a se repetir nos demais anos. No segundo ano de funcionamento do Curso Normal, em 1962, permanece a ausência masculina e com o mesmo número de matrícula, sem constar o ingresso de novos alunos.

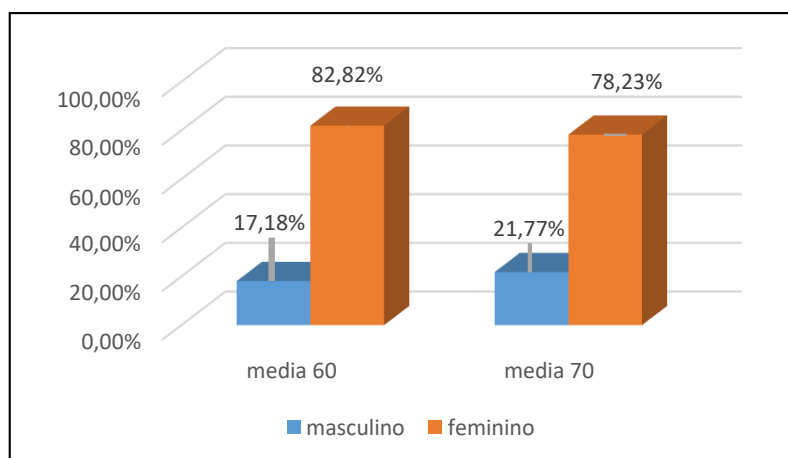
No terceiro ano de funcionamento, a presença masculina volta ao registro das fichas de matrícula, mesmo que em um número inferior à presença feminina, embora não tenha sido localizada a ficha de matrícula de 1964. Os dados da segunda turma constam na ata geral de matrícula.

A implantação do curso normal e a formação de professores primários no município de Casa Nova – Bahia (1961-1977)

É perceptível o crescimento do número de matriculados na década de 1960, no Curso Normal, ano a ano, com o passar das séries. Esse crescimento é maior entre o público feminino, já que, em todos os anos expostos, o número de matrículas era maior do que o masculino. Em anotações feitas nas fichas pela secretária, nos anos em estudo, observa-se um movimento quanto aos alunos transferidos, sendo baixo esse número: aproximadamente 2%, em relação ao número de alunos matriculados, fato que pode ser atribuído à pouca mobilidade da população de Casa Nova, no período. Em 1962, o gráfico mostra a ausência de alunos do sexo masculino, que se fazia presente na turma anterior. Nas atas finais, os alunos aparecem como desistentes.

Nos anos de 1963, 1965 e 1969, a presença masculina volta de maneira mais expressiva e permanece até os anos de 1970. No Gráfico 2, é apresentada essa realidade, com um percentual de 78,23% de mulheres matriculadas, em contraste com o quantitativo masculino de 21,77%.

Gráfico 2 – Média de matrícula por gênero (1960-1970)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

No contexto da década de 1970, não foram localizadas, na documentação consultada, as fichas de matrícula, assim como as atas dos anos de 1971 e 1976. Em 1970, o ano letivo inicia com o funcionamento das três turmas do Curso Normal (1ª, 2ª e 3ª séries): com o número de matrícula crescente, em relação ao quantitativo de cada turma e com predominância feminina, embora haja a presença masculina bem maior em relação à década anterior.

No ano letivo de 1973, percebe-se que na 3ª série ocorreu uma desistência e três

reprovações. Com relação aos alunos do sexo masculino, aparecem novas matrículas nas fichas, os alunos permanecendo até o final do ano. Em 1974, as matrículas são crescentes para ambos os sexos. A 3ª série expressa essa afirmação. Contudo, na ata final, aparece a desistência de dois alunos do sexo masculino na 2ª série. O ano de 1975 apresenta expressivo crescimento nas matrículas com relação aos anos até aqui apresentados, em que o crescimento aparece tanto para o sexo feminino como para o masculino. Não foi localizada a ata final desse ano. No último ano analisado, 1977, primeiro ano de funcionamento da escola na nova cidade, as matrículas são substanciais, embora muitos casanovenses tenham ido embora para outros municípios. A mudança parece não ter afetado a busca pela escola.

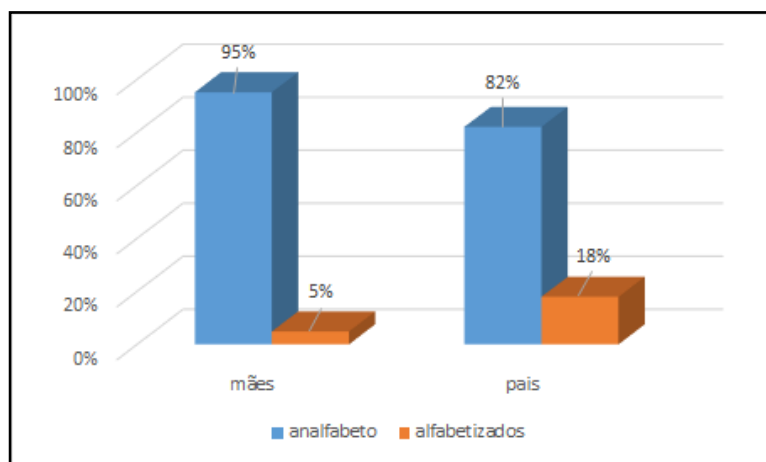
Em suma, a década de 1970 apresenta uma característica diferente da década de 1960: o aumento de homens matriculados e que permaneceram nas turmas, com exceção da turma de 1972, que apresentou a desistência de alunos. Nos dois períodos (1960 e 1970), houve baixo número de desistência, porém, quando ocorria, era normalmente com aluno do sexo masculino. Outro importante dado observado é que houve reprovação no ano de 1974, no segundo ano Normal; em 1975, no primeiro ano Normal; e, em 1976, no segundo ano Normal, sendo um aluno do sexo masculino por turma. Quanto às reprovações na década de 1970, aparecem nas atas finais algo em torno de 3% de um universo de 74 alunas, a exemplo do total do ano de 1970. A média para a aprovação na época era cinco, a mesma exigida na escola Nossa Senhora Auxiliadora, em Petrolina, no sertão pernambucano.

É oportuno destacar um pedido em ata de um aluno para frequentar a escola somente uma vez por semana, em razão de trabalhar na obra da hidrelétrica da barragem de Sobradinho, em tempo integral, tendo o pedido indeferido. Esse fato chama a atenção e deixa uma interrogação com relação às razões que levavam os homens a se matricular no Curso Normal e nele não permanecer. Do total de 754 alunos, 90% eram casanovenses; 5% eram do Piauí; 3% eram de Pernambuco; e 2% eram procedentes de outros estados.

Outros dados aparecem, ao analisarmos as fichas. Primeiro, a naturalidade dos alunos e, posteriormente, o ofício e o grau de instrução dos pais (Gráfico 3).

A implantação do curso normal e a formação de professores primários no município de Casa Nova – Bahia (1961-1977)

Gráfico 3 – Grau de instrução dos pais, em 1963

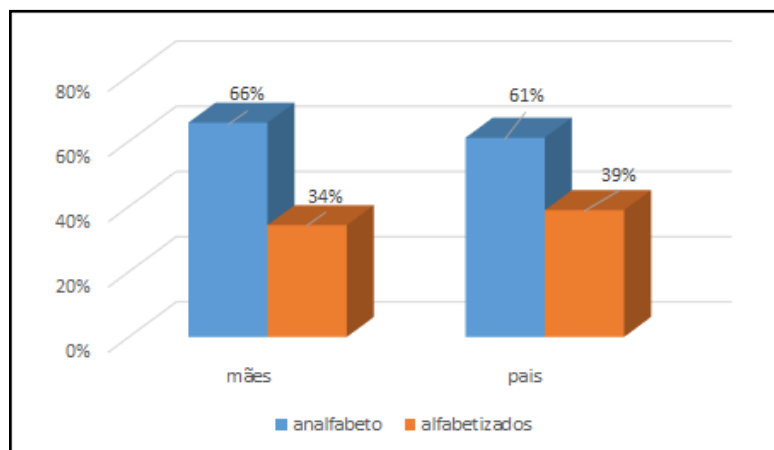


Fonte: Elaborado pelas autoras. (2020).

O Gráfico 3 mostra que, com relação à instrução dos pais, as mães aparecem em maior número de analfabetos. Esse número comprova o que os estudos mostram com relação ao acesso das mulheres à escola: “a exclusão feminina do mundo escolarizado perdurou até o século XIX, quando as meninas passaram a ter o direito de adquirir instrução fora do espaço doméstico, em colégios, inicialmente particulares, depois em escolas públicas” (LIMA, 2006, p. 12).

Na década de 1970, observa-se, no Gráfico 4, uma redução no índice de analfabetismo dos pais, principalmente entre as mulheres. A literatura aponta que essa mudança se deu, entre outros fatores, pela expansão também das Escolas Normais. Dessa forma, o acesso às Escolas Normais representou uma oportunidade para que a mulher saísse do espaço doméstico e se inserisse na profissão docente (ALMEIDA, 2017).

Gráfico 4 – Grau de instrução dos pais, em 1971



Fonte: Elaborado pelas autoras. (2020).

No tocante à profissão dos pais, foram identificadas nas fichas analisadas, para as mães, as ocupações de doméstica e costureira; e, para os pais, lavrador, criador, negociante e motorista. A ficha de matrícula do ano de 1971 é composta por um total de 39 alunos. Na coluna da profissão, aparecem duas mães costureiras e 37 domésticas; para os pais, 13 são criadores, 7 lavradores, 5 motoristas, 5 negociantes e 3 não declararam a profissão. Estes aparecem como tutores dos alunos. Nessa classificação de tutores, também não era declarado o grau de instrução. Tal cenário retrata um município eminentemente rural.

6. Conclusões

A chegada do Ensino Secundário ao município de Casa Nova ocorreu por meio da instalação do Ginásio e do Curso Normal, no ano de 1960. O estudo evidenciou que a implantação do Curso Normal fez parte de uma política pública advinda de uma demanda social em todo o país. Este feito representou um grande marco para a educação local, no caminho do progresso e da modernidade, possibilitando aos jovens casanovenses a continuidade dos estudos e oportunizando a formação dos professores primários leigos.

As atividades educativas desenvolvidas no Curso Normal foram organizadas dentro do contexto educacional nacional, pautadas pelos Decretos-Leis n.º 4.244/1942 e n.º 8.530/1946 e pela Lei n.º 4.024/1961 (LDB), seguindo as modificações estabelecidas pela Lei Federal n.º 5.692/1971. Na publicação do Diário Oficial, o texto aponta que estaria recebendo, por meio de doação, o Ginásio e o Curso Normal, que funcionavam no espaço estrutural do Ginásio, desde a sua fundação, em 1960, até o seu encerramento, em 2006, não possuindo sede própria com prerrogativas de uma Escola Normal, como ocorreu em outros municípios do estado.

Contudo, o Curso Normal nasce da união de um grupo composto por pessoas de diferentes classes sociais, financiado pela Associação Cultural e por anuidades pagas pelos alunos. Nesse ponto, vale dizer que foi localizada na documentação a solicitação de isenção da anuidade de alunos sem condições de pagar. Esse é um ponto para apresentar os resultados com relação ao perfil social dos sujeitos (pais e alunos) que compunham a escola, nas décadas de 1960 e 1970.

As fichas de matrícula, no ano de 1963, mostram predominância de pais analfabetos, realidade que muda na década de 1970, apresentando número bem maior de pais alfabetizados e com a instrução primária. No âmbito das profissões, estas, na sua maioria, são ligadas ao campo, o que comprova o caráter rural do município, bem como o

poder aquisitivo da população. Ainda com relação aos pais, aparece a figura do tutor para alguns alunos. Eram pessoas responsáveis por aqueles alunos que não tinham o pai ou a mãe como seus responsáveis. A maioria das famílias era oriunda dos distritos do próprio município, sendo uma pequena parcela de municípios de outros estados.

Uma observação quanto a esse período relaciona-se a um novo panorama na questão de gênero: os homens, ainda que em menor número, começaram a se fazer presentes, persistindo até a conclusão do Curso Normal. Há que se considerar um fenômeno bem peculiar: as normalistas que ali estudavam passaram, posteriormente, a atuar como profissionais, mudando, assim, a realidade do corpo docente da própria escola, constituído, na sua maioria, de professoras leigas.

Ressalta-se, ainda, a importância de futuras pesquisas sobre o currículo do Curso Normal, analisando a percepção dos egressos sobre a formação recebida, por meio de suas memórias.

Referências

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Economia Doméstica: uma disciplina no secundário ginasial sergipano no Atheneu Sergipense (1944-1954)**. 2017. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14873>. Acesso em: 25 jul. 2021.

AGUIAR, Tereza Guanais. Escola Normal de Caetité: menina dos olhos de Anísio Teixeira. **Anísio: o centenário, Caetité–BA**, p. 11, 12 jul. 2000.

ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. **Educação Escolar em Itabuna-BA: memória e história (1906 a 1930)**. 2000. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

ASSIS, Daisy Laraine Moraes de. **A campanha nacional de educandários gratuitos (cneg) e a nova organização escolar: Histórias e Memórias da Educação no Município de Ibicarai/BA**. 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005. Disponível: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4683>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BARROS, Zilma Gomes Parente de. **Redefinição dos conceituais Colégios de Aplicação**. Salvador, 1975. s.p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=1438>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BOAVENTURA, Edivaldo. Machado. **Problemas da educação baiana**. Salvador: Gráfica Universitária, 1977.

BAHIA. **Diário Oficial**. República Federativa do Brasil e Estado da Bahia. **Decreto-Lei n.º 19.412, de 19 de janeiro de 1978**.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946**, institui a Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal. Rio de Janeiro, 1946.

BOAVENTURA, Edivaldo. M. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009. 272 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-9788523208936.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CUNHA, Luiz. Antonio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tcv35NPhMLYGgFjxyhHVRkD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2021.

DOSSIÊ HISTÓRICO. **CENTRO EDUCACIONAL ANTÔNIO HONORATO**. Casa Nova-BA, 2011. ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher, uma Pequena Canudos. Conotações Políticas e Ideológicas**. Salvador, Assembleia Legislativa, 1998.

HOLANDA, Ivanildo. Coelho. **CNEC: um estudo histórico**. João Pessoa, PB: UFPb-CNEC, 1981.

LADEIRA, A. C. **Esclarecimentos sobre o 5º ano admissional**. Unaf–MG, 2010.

LIMA, Marta Maria Leone. **Ingressos das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história**. 2006. 181f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11082>. Acesso em: 02 ago. 2021.

NUNES, Clarice. O velho e bom Ensino Secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação** (14), Ago 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLSCLPRNy7XpZ7x6WR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 jul. 2021.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. **Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 209-224, dez. 2008. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/637/620>. Acesso em: 15 abr. 2022.

RELATÓRIO DE PESQUISA. **CENTRO EDUCACIONAL ANTÔNIO HONORATO**. Casa Nova-BA, 1969.

SANTOS, M. V. **Esclarecimentos sobre o 5º ano admissional**. Unaf - MG, 2010.

A implantação do curso normal e a formação de professores primários no município de Casa Nova
– Bahia (1961-1977)

SOUZA, Rosa. Fátima. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: Ensino Primário e Secundário no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

TAVARES, Luís Henrique Dias, ANDRADE, Maria José de Souza e TEIXEIRA, Marli Geralda. **Ementário da legislação educacional do Estado da Bahia no período republicano 1889-1983.** Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, 1985. 465 p.

Sobre as autoras

Eliana Oliveira Nunes de Azevedo

Mestra em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina (2020). Especialista em Língua Portuguesa e Arte Educação pela Universidade Regional do Cariri e graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (2003). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Educação no Sertão do Francisco – Gephesf.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0631-003X> E-mail: elianaazevedo@icloud.com

Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara, 2013), mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2008). Professora Associada da Universidade de Pernambuco, atuando no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (campus Petrolina) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (campus Mata Norte. Líder no Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Educação no Sertão do Francisco – Gephesf.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2634-1474> E-mail: virginia.avila@upe.br

Recebido em: 13/09/2022

Aceito para publicação em: 05/10/2022

Entrega do texto revisado em: 05/03/2023